

# Sexualidade e transexualidade

## *Desafios na formação em pedagogia*

VERA MÁRCIA MARQUES SANTOS\*

**RESUMO:** O texto defende a urgência em refutar a intolerância e a discriminação, abordando reflexões que explicitam a dinâmica de uma disciplina na licenciatura: Conversando sobre a Sexualidade Adolescente. O referido texto reflete o drama de profissionais da educação, inseridas no processo de formação inicial, na discussão da temática sexualidade na adolescência, especialmente, no que tange a transexualidade, mostrando como a temática foi percebida e vivenciada por estas acadêmicas nesta disciplina.

*Palavras-chave:* Transexualidade. Formação inicial. Sexualidade. Diversidade sexual.

### Considerações iniciais

Vivemos em tempos em que não há como duvidar que a sexualidade é uma dimensão humana fundamentalmente constituída a partir das relações que empreendemos culturalmente, desde as matrizes institucionais presentes na família e em todas as expressões sociais, o que nos permite pensar em homens, mulheres, crianças e adolescentes sexuados, portanto, não fragmentados. Consequentemente, a forma de perceber e ver o outro será a de seres humanos plenos de direitos, sem desconsiderar os deveres. Desse modo, faremos aqui uma abordagem, a partir do que temos acompanhado com um grupo de acadêmicas<sup>1</sup> de um curso de pedagogia numa instituição de ensino superior (IES) pública.

---

\* Doutora em Educação. Professora Adjunta no Centro de Educação a Distância, do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina (Cead/Udesc). Coordenadora do Laboratório Educação e Sexualidade (LabEduSex/Cead/Udesc). Líder do Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade, Udesc/CNPq. Florianópolis/SC - Brasil. E-mail: <veramarquessantos@gmail.com>.

Este texto, do ponto de vista metodológico, ganha corpo a partir da escuta atenta dos/das docentes desse curso de pedagogia, do qual faço parte. “Escuta esta sempre atenta as diferentes demandas das acadêmicas, no que refere a temática sexualidade. A escuta e o diálogo ancoraram metodologicamente esta pesquisa.” (SANTOS, 2011, p. 61).

A escuta pode ser, como observa Santos (2011), o lugar do diálogo, proporcionando aos envolvidos o exercício de sua liberdade, percebendo assim, a importância de assumir as tarefas de seu tempo, refletindo e analisando-as criticamente, com vistas a tomada de decisões que interferem e alteram a realidade.

A escuta às acadêmicas ocorre desde a primeira fase do curso, com a temática sexualidade em sua grade curricular, neste momento com a disciplina Educação e Sexualidade (Edusex), onde nesta etapa se objetiva subsidiar a reflexão e estimular novas ações no processo de educação sexual sempre existente no cotidiano escolar, numa perspectiva de direitos sexuais como direitos humanos.

No último semestre do segundo ano do curso, temos a disciplina Educação Sexual: interfaces curriculares (Esic), que aborda a sexualidade como tema transversal, a educação sexual como interface curricular na construção do projeto político pedagógico (PPP) na escola e a elaboração de projetos intencionais de educação sexual em organizações educativas.

Já no primeiro semestre do último ano do curso, as acadêmicas fazem a escolha de uma disciplina como tópico especial e, dentre as opções do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a escolha tem sido pela disciplina Conversando Sobre a Sexualidade Adolescente (CSA), que objetiva subsidiar novas ações pedagógicas no processo de educação sexual, aprofundando conhecimentos sobre a adolescência, buscando melhor entendimento da sua sexualidade numa perspectiva de educação sexual compreensiva, a partir de espaços educativos.

Nesta disciplina, observamos que as acadêmicas, mesmo com mais autonomia em relação aos desafios da temática, deparam-se com outras provocações à medida que os conteúdos vão sendo apresentados, conforme podemos observar no quadro que segue.

### Quadro 1 – Conteúdos da disciplina CSA

Seções	Conteúdos
I	1 - Adolescência e Puberdade; 1.1 A construção social e cultural da adolescência; 1.2 Puberdade - aspectos biológicos do desenvolvimento; 1.3 Relações entre adolescência e puberdade.

Seções	Conteúdos
II	2 - Adolescência, Gênero e Diversidades Sexuais; 2.1 Noções de gênero; 2.2 A construção do gênero e da diversidade sexual na adolescência; 2.3 Direito à diversidade sexual.
III	3 - Saúde sexual e reprodutiva na adolescência; 3.1 Saúde sexual e violências: sexual, de gênero, simbólica e psicológica; 3.2 DST, HIV e HPV; 3.3 Saúde reprodutiva e gravidez na adolescência; 3.4 Saúde sexual e mídias.
IV	4 - Iniciando um projeto de Educação Sexual Compreensiva na Adolescência; 4.1 O que entendemos por educação sexual compreensiva na adolescência? 4.2 Quem deve participar desse projeto de educação sexual compreensiva na adolescência? 4.3 Que atividades pedagógicas podem ser desenvolvidas em um processo de educação sexual compreensiva na adolescência?

Fonte: Plano de Ensino da disciplina CSA 2015/1 – Cead/Udesc.

Deste modo, os conteúdos da seção II, especialmente Adolescência, Gênero e Diversidades Sexuais; A construção do gênero e da diversidade sexual na adolescência e Direito à Diversidade Sexual trouxeram grandes desafios para o grupo nesse momento, no que refere à diversidade sexual e a transexualidade, uma vez que, de acordo com alguns depoimentos, “ainda não conseguiram abstrair a homossexualidade e já tem outras categorias com as quais têm que acostumar.”

Assim, tivemos que trabalhar com o grupo estas questões, tendo como pano de fundo o argumento, já percebido anteriormente por elas, de que, quisessem elas ou não, esses adolescentes, sejam eles homo, hétero, transexuais etc., encontram-se no espaço escolar e resistir a perceber essa realidade somente acaba aumentando o sofrimento de todos, no espaço educativo.

Diante disso, buscou-se entender o sentido de diversidade. Constatamos, então, que estamos nos referindo ao que se apresenta com múltiplos aspectos, que se diferenciam entre si. Deste modo, podemos nos referir a diversidade sexual como as várias formas de expressão da sexualidade humana, o que significa dizer que todas/todos fazemos parte da diversidade de expressões de gênero e sexualidade que constituem o ser humano. No contexto brasileiro essas formas de expressão estão associadas ao movimento social lésbico, gay, bissexual, transexual, transgênero/travesti, intersexual e *queer*. (LGBTTIQ).

Para estruturação deste texto, trago um recorte a partir das reflexões das acadêmicas, sobre a diversidade sexual, onde se aborda, especialmente, a transexualidade, constata-se que assim como outras expressões da sexualidade, até bem pouco tempo, era um tema totalmente alheio ao contexto escolar. Trata-se de uma temática que circunscrevia apenas e timidamente a área da saúde, principalmente consultórios psicológicos e, em poucos casos, clínicas que realizam cirurgias de adequação corporal, ou seja, cirurgias transgenitalizadoras, mastectomia, histerectomia, dentre outras, conforme expressa a Organização Mundial da Saúde (1993) a respeito do conceito de transexualidade:

Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de malestar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado. (ORGANIZAÇÃO..., 1993).

Nesse contexto, o termo usado para determinar mudanças das características sexuais é Cirurgia de Reatribuição Sexual (CRS), *Sex Reassignment Surgery (SRS)*, um termo originalmente do inglês, que objetiva mostrar que as pessoas transexuais não estão “mudando de sexo”, mas ajustando seus corpos.

Ampliando este conceito, concluiu-se durante as reflexões na disciplina que transexual é um indivíduo que se identifica psicologicamente e socialmente com o sexo oposto, cujo sentimento de pertença é do sexo oposto mesmo tendo todas as características físicas do sexo constante da sua identidade de nascimento.

Percebeu-se, também, que não é mais possível aceitar apenas a cultura binária, onde os comportamentos correspondem a um corpo masculino ou feminino, aceitos como naturais. Mas que a identidade sexual nem sempre se constrói na direção socialmente esperada, seguindo as condutas heteronormativas.

Deste modo, falar de transexualidade implica na reflexão sobre o que é sexualidade para além das concepções biológicas, obrigando-nos a pensar nas vivências da sexualidade nos âmbitos privado e público, tanto como prática individual, como prática social e política. (ÀVILA, 2014, p. 24).

Assim, percebemos, ainda, que não é raro que a infância e a adolescência das pessoas transexuais sejam marcadas por situações de conflitos e discriminações, contribuindo para uma atitude de isolamento, o que muitas vezes pode levar a um quadro depressivo - já que esta é uma fase onde as situações antes vividas no seio familiar tornam-se públicas. (SAMPAIO; COELHO, 2012).

Nas atividades realizadas durante a disciplina, tivemos como **Trabalho Final da Disciplina Tópico Especial: Conversando sobre a Sexualidade Adolescente (TE-CSA)**, um questionário. Este questionário é uma das etapas do procedimento de avaliação da disciplina TE-CSA, tendo como objetivo identificar o seu alcance no processo formativo

das acadêmicas do curso de pedagogia com vistas a um Projeto de Educação Sexual a ser trabalhado com adolescentes. O questionário possui oito questões, cinco delas voltadas para as questões metodológicas de elaboração de um projeto e as três últimas com abordagem de reflexões conceituais, considerando o conteúdo trabalhado na disciplina. (SANTOS et al, 2015).

Deste modo, o destaque é para duas das oito questões. A questão 4: Que conteúdos devem fazer parte desse projeto? E, a questão 5: Das atividades propostas na disciplina, qual delas faria parte desse projeto e, se for o caso, qual você não utilizaria em hipótese alguma? Justifique a sua resposta. Considerando 138 respostas obtidas, o que chamou a atenção foi que mesmo tendo sido um tema que tomou algum tempo, demandando uma energia especial para a temática, tivemos 18 respostas para a quarta questão, ou seja, apenas 18 acadêmicas consideraram a temática diversidade sexual como conteúdo a ser considerado para um projeto de educação sexual voltado para adolescentes.

Como resposta para a quinta questão, se considerarmos proporcionalmente, tivemos unanimidade acerca das disciplinas que fariam parte deste projeto, onde apenas uma registrou que, “A puberdade faria parte deste projeto, e particularmente não utilizaria o tema gênero e diversidade sexual, pois acredito eu que a opção sexual e o direcionamento de um relacionamento seria totalmente definido e identificado pelas partes envolvidas, mediante pré- definições e atitudes já oriundas da individualidade e opções sexuais evidenciadas.” (Resposta 23).

Observamos que a resposta desta acadêmica reflete a dificuldade de compreensão do que foi trabalhado na disciplina, revelando que a preocupação docente, ao propor essa atividade, principalmente no que tange ao tema diversidade sexual, procede, o que implica uma retomada do conteúdo, que por certo ocorrerá por meio de um curso de extensão. Isso por considerar que outras acadêmicas, embora não tenham deixado claro a sua dificuldade, deixam pistas, como a resposta que segue, onde a acadêmica elege uma área para, a partir daí, abordar a temática, e ainda assim, a partir da abordagem biológica, considerando o binarismo saúde X doença: “Ciências, pois nesta disciplina podemos utilizar o corpo humano para explicar sobre a sexualidades e mostrar os tipos de doenças.” (Resposta 11).

Nos deparamos, ainda, com justificativas que, mesmo considerando todo o conteúdo da disciplina importante, fazem ressalva sobre a facilidade ao acesso às informações, como se isso fosse suficiente para garantir o processo de ensino, como podemos observar na resposta que segue: “Acredito que todas, por se tratar de problemas vivenciados na atualidade, embora hoje tenhamos maior acesso a informação, pois está ao alcance de qualquer pessoa através das mídias, e os postos de saúde disponibilizem gratuitamente contraceptivos para a comunidade. Mas, ainda é considerável o número de adolescentes grávidas, como também as doenças sexuais.” (Resposta 10).

Fica ainda, o destaque, para o que saltou aos olhos de algumas, que observam ser “[...] importante levar ao conhecimento dos alunos o que a legislação fala em relação aos temas abordados, assim a apresentação e o estudo das leis também podem fazer parte do projeto.” (Resposta 115).

Esta resposta reflete a atividade de seção II, que solicitou que fossem à midiateca da disciplina e fizessem uma leitura atenta da Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015; Resolução nº 008, de 2014 - Consuni/Udesc; o anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual e o artigo *Diversidade sexual e educação: desafios para formação docente*<sup>1</sup>. Após esta imersão nas leituras e reflexões, tiveram que participar do fórum, onde tiveram que refletir criticamente acerca das questões: **“você já vivenciou alguma situação com relação às questões de gênero e diversidade sexual na escola? Como você acredita que as resoluções aqui apresentadas, que trazem orientações para o reconhecimento da identidade de gênero e diversidade sexual nas escolas/universidades, podem ser incorporadas em nossas práticas educativas?”**

Observando que as resoluções em questão, respectivamente, estabelecem parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização (BRASIL, 2015). A Resolução nº 008, de 2014 (UNIVERSIDADE..., 2014), que dispõe sobre o uso do nome social nos registros acadêmicos. E, ainda, o Anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual<sup>2</sup>, que visa promover a inclusão de todos, combater a discriminação e a intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero e criminalizar a homofobia, de modo a garantir a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos.

Esta atividade revelou-nos a fragilidade de nossas acadêmicas, nessa etapa de formação inicial, no que diz respeito à legislação pertinente às diferentes áreas e temáticas, como algumas revelaram durante as aulas. No entanto, manifestou, também, que o conhecimento elaborado e, de algum modo reelaborado, nas falas das participantes, “é um conhecimento crítico, solidário e propositivo, apontando para uma nova forma de ler e interpretar o mundo.” (SANTOS, 2011, p. 136).

## Considerações finais

Percebemos no exercício realizado na disciplina CSA que a sociedade contemporânea, apesar de dizer-se aberta e prezar pelas liberdades, no fundo, por conta do preconceito que ocorre da falta de conhecimento, acaba por cercear os sujeitos que se

distanciam da padronização que é por ela imposta. Assim, não apoiam os transexuais e negam-lhes direitos, uma vez que não se enquadram naquilo que ela estabelece.

Daí decorre a não aceitação das diferenças e da pluralidade e, mesmo quando se consegue perceber as diferenças, tenta enquadrá-las num modelo pré-estabelecido. Por conta disso, continua definindo o sexo apenas por meio do ajustamento da genitália, fechando-se para uma realidade bem mais complexa e que envolve mais parâmetros para a identidade sexual.

Ficou evidenciado que um dos maiores problemas que um transexual enfrenta atualmente, no Brasil, é a fragilidade da legislação sobre o tema, mesmo tendo o amparo da Constituição de 1988, segundo a qual constituem objetivos principais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

Mesmo a transexualidade se mostrando um tema atual e que clama por respeito e aceitação social, o que se observa, hoje, é que acabou ficando, na seara marginal das minorias, fechada à verdadeira realidade: plural.

Podemos afirmar que o grande problema da sociedade atual é a negação do diverso, o que acaba por dificultar direitos, como a mudança de nome e a mudança de sexo. Assim, se antes era entendido que o sexo era apenas uma questão biológica, hoje entende-se que é preciso levar em consideração aspectos tais como: o social, o jurídico e o psicológico.

Apesar de ser de suma importância a criação e garantia de leis que abordem o tema, o ponto crucial para a superação dos obstáculos aos transexuais é o debate sério e respeitoso, que envolva todos os seguimentos sociais, visando o esclarecimento sobre o assunto, pois o conhecimento é a melhor forma de abrandar uma visão única da realidade e, conseqüentemente, pôr fim ao preconceito em relação ao diferente.

Problematizar e fomentar discussões que envolvam a temática torna-se imperativo, porém, não menos desafiador. Desafiador pela razão de se fazer necessário desconstruir paradigmas de intolerância e discriminação ao que foge do padrão culturalmente “ditado como verdade absoluta”. Confrontar esse padrão conservador percebemos não ser uma tarefa muito tranquila, mas necessária.

Para tanto, sugere-se fomentar discussões e reflexões nos espaços de sala de aula, que possam repercutir para além dos muros das escolas. “Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural” (BRASIL, 2001, p. 32). Embora, tenhamos nos apercebido que os

Profissionais da educação, [...], ainda não contam com suficientes diretrizes e instrumentos adequados para enfrentar os desafios relacionados aos direitos sexuais e à diversidade sexual. É comum que tais profissionais declarem não saber como agir quando um estudante é agredido por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero. O que dizer a ele ou a uma turma geralmente hostil? O assunto deve ser levado a pais e mães? E, quando sim, de que modo? Como

se comportar quando uma criança declara, em sua redação, seu afeto por um/a colega do mesmo sexo? A troca de gestos de carinho entre estudantes de mesmo sexo ou alterações no modo de se vestir, falar, gesticular devem receber algum tipo de atenção particular? É legítimo o pedido de uma pessoa para não ser chamada pelo seu nome do registro civil, mas por um nome social de outro gênero? Como lhe garantir acesso a cada espaço da escola e tratamento adequado por parte da comunidade escolar? É possível abordar temáticas relativas aos direitos das pessoas LGBT nas reuniões entre docentes? Como introduzir tais questões no currículo escolar de uma maneira não heteronormativa? Que medidas podem ou devem ser adotadas em defesa das prerrogativas constitucionais do profissional homossexual, travesti ou transexual? Que fazer quando em uma daquelas reuniões de “pais e mestres” comparecerem duas mães ou dois pais para discutir a situação de um mesmo aluno ou aluna? E se um deles é travesti ou transexual? Por isso, é inquestionável a importância de medidas voltadas a oferecer, sobretudo a profissionais da educação, diretrizes consistentes; a incluir de modo coerente tais temas na sua formação inicial e continuada; bem como a estimular a pesquisa e a divulgação de conhecimento acerca da homofobia, da sua extensão e dos modos de desestabilizá-la. (JUNQUEIRA, 2009, p. 34-35).

Estes e outros questionamentos, sem pretender ser prescritiva, devem necessariamente partir de processos de formação inicial e/ou continuada. No entanto, o que temos observado é que, embora essas questões tenham chegado nesse espaço social, mesmo que à revelia da “vontade” das pessoas que nele atuam, algumas pessoas preferem desconsiderar a realidade, mascarando-a, na maioria das vezes, por meio de atitudes de desrespeito e discriminação. Ao que lembramos que, “Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar” (FREIRE, 2014, p. 59). E para que a compreensão dessa problemática ocorra efetivamente, seu contexto social e cultural deve ser considerado para que possam ser conduzidas a reconhecer em seu meio as diferenças, para, então, aprender a respeitá-las, conhecendo e compreendendo que não existe um padrão pré-determinado como correto.

Desse modo, observa Santos (2011), podemos eleger a escola e, em particular, a sala de aula, como um lugar privilegiado para promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar.

*Recebido em fevereiro de 2015 e aprovado em junho de 2015*

## Notas

- 1 Utilizarei os termos acadêmica/acadêmicas neste texto, considerando que nos cursos de licenciatura e, especialmente, nos cursos de pedagogia, há ampla maioria feminina. Ressalto, ainda, que assim como tenho feito nos diferentes espaços em que tenho tido a oportunidade de me posicionar, seja por meio da oralidade ou da escrita, me oponho a qualquer linguagem sexista, que traga a forma masculina como regra geral. Explícito o masculino e o feminino. Saliento que não é como muitas [os] têm dito, equivocadamente, para demarcar uma posição feminista, pois apesar de toda a admiração e respeito que tenho com as feministas, me faltam ainda subsídios para ser considerada uma feminista. Sou, sim, uma cidadã que, com os recursos de que dispõe, tem trabalhado pelo paradigma de uma sociedade menos desigual, também e principalmente no que tange aos relacionamentos de gênero. “[...] um mundo no qual homens e mulheres não sejam estranhos um para o outro, mas sim, companheiros e companheiras.” (MURARO; BOFF, 2002, p. 08).
- 2 ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 69-82, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198464872013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872013000100004&lng=pt&nrm=iso)> acesso em 04 jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000100004>.
- 3 ESTATUTO DA DIVERSIDADE SEXUAL – **Anteprojeto**. Disponível em <http://www.direitohomoafetivo.com.br/uploads/5.%20ESTATUTO%20DA%20DIVERSIDADE%20SEXUAL%20-%20texto.pdf>. Acessado em 04 de junho de 2015.

## Referências

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem**: a emergência de transmasculinidade no Brasil contemporâneo. 2014. 241 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 8 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, 2001. v. 10.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais. Resolução n. 12, de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais... **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 12 mar. 2015. Seção 1, p. 3.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/uploads/5.%20ESTATUTO%20DA%20DIVERSIDADE%20SEXUAL%20-%20texto.pdf> problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. (Coleção educação para todos, v. 32). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), órgão responsável, no âmbito do Ministério da Educação, pela Coleção.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro, Sextante, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento (CID-10)**: descrição clínica e diretrizes diagnósticas, F64.0. Porto Alegre, Artes médicas, 1993.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. Quando o estranhamento se traduz em preconceito: trajetórias de vida de pessoas transexuais. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). **Minorias sexuais**: direitos e preconceitos. Brasília, Consulex, 2012. p. 337-351.

SANTOS, Vera Márcia Marques. **Pontes que se estabelecem em educação sexual**: um diálogo sobre a formação continuada e os saberes das práticas pedagógicas de professoras no Brasil e em Portugal. 2011. 218 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

SANTOS, Vera Márcia Marques et al. **Tópico especial**: conversando sobre a sexualidade adolescente. Curso de Pedagogia, Centro de Educação a Distância, UDESC, Florianópolis, SC, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Resolução n. 08, de 18 de março de 2014**. Referenda, com alterações, a Resolução n. 002/2004 – CONSUNI, que “Dispõe sobre o uso do nome social nos registros acadêmicos no âmbito da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.” Disponível em: <<http://secon.udesc.br/consuni/resol/2014/008-2014-cni.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

## **Sexuality and trans-sexuality** *Challenges in pedagogical training*

**ABSTRACT:** The text defends the urgent need to refute intolerance and discrimination, addressing reflections that explain the dynamics of a discipline in a post-graduate degree: Talking about Adolescent Sexuality. The text referred to reflects the drama in professional education within the initial formation process in the thematic discussion on adolescent sexuality, especially when it comes to trans-sexuality, showing how the subject was perceived and experienced by these academics in this discipline.

*Keywords:* Trans-sexuality. Initial training. Sexuality. Sexual diversity.

## **Sexualité et Transexualité** *Défis dans la formation en pédagogie*

**RÉSUMÉ:** Ce texte défend l'urgence du rejet de l'intolérance et de la discrimination, en abordant des réflexions autour de la dynamique d'une discipline de la licence en pédagogie intitulée: En discutant autour de la sexualité adolescente. Le dit texte révèle le drame des professionnels de l'éducation insérés dans le processus de formation initiale quant à la discussion sur la thématique de la sexualité à l'adolescence, spécialement en ce qui concerne la transexualité, et montre comment ce thème fut perçu et vécu par les étudiantes de cette discipline.

*Mots-clés:* Transexualité. Formation initiale. Sexualité. Diversité sexuelle.

## **Sexualidad y transexualidad** *Desafíos en la formación en pedagogía*

**RESUMEN:** El texto defiende la urgencia de refutar la intolerancia y la discriminación, abordando reflexiones que explicitan la dinámica de una disciplina en la licenciatura: Conversando sobre la Sexualidad Adolescente. El mencionado texto refleja el drama de profesionales de la educación, dentro del proceso de formación inicial, en la discusión del tema sexualidad en la adolescencia, especialmente, en lo que se refiere a transexualidad, mostrando cómo estas académicas percibieron y sintieron el tema en esta disciplina.

*Palabras clave:* Transexualidad. Formación inicial. Sexualidad. Diversidad sexual.